

CIÊNCIA & SAÚDE
 AMBIENTE

Cidadania amazônica

A pressão sobre a Amazônia ainda é grande, mas verdadeiros oásis começam a se formar. Os novos projetos investem na dignidade dos povos da floresta



O verão é cheio de atividade na floresta: as mulheres, por exemplo, tecem, fazem cesto e vão trabalhar no roçado

EDUARDO GERAQUE
 de São Paulo

A história que segue não é uma lenda, apesar de ela ter ocorrido no cenário amazônico, mais precisamente no Estado do Acre. A floresta é pródiga em exibir os seus seres desconhecidos, o mundo da fantasia pode ser lá. As seringueiras e o povo caboclo que vivem na região também participaram do enredo deste caso, mas a realidade nunca deixou de estar presente. As cores vivas da Amazônia começam a substituir o cinza da incerteza. "Hoje, graças a Deus vencemos. Não foi negativo. Foi sofrido, mas vencemos."

O otimismo de Aragon (nem ele atende quando o chamam de Sérgio, seu primeiro nome) ainda não está presente na realidade de todas as comunidades amazônicas, mas no cotidiano deste líder seringueiro que conviveu com Chico Mendes, e com todas as pressões que isto pode significar, está. "Com a nossa luta, conseguimos, com orgulho, dar sustento para quem não tinha como sobreviver", explica o seringueiro acreano, que está há 36 anos neste tipo de vida. Os números que Aragon apresenta para sustentar sua afirmação são expressivos. "Antigamente, vendíamos o quilo da borracha por R\$ 0,50. Hoje, este valor varia entre R\$ 50 e R\$ 200, dependendo do local. Vários produtos podem surgir da borracha." E esta não é a única história real com conteúdo de lenda que existe no norte do Brasil.

As pressões ambientais e antropocêntricas sobre o continente amazônico continuam gigantescas. O Estado de São Paulo, por exemplo, ainda consome 70% de toda a madeira ilegal que é retirada da Amazônia, segundo o GTA (Grupo de Trabalhos Amazônicos), entidade que congrega mais de 500 ONGs que atuam na região da floresta. A maior parte desta produção ilegal é utilizada pela construção civil e pelas fábricas moveleiras. Enquanto a pressão também cresce em alguns setores específicos, como a soja ou o gado, atos a favor da sustentabilidade não desaparecem. Em alguns oásis verdes, o resultado exibido é tão positivo que os cidadãos da floresta estão vendo o seu sonho de viver com dignidade, e preservando a biodiversidade, começar a ser real.

Apesar de sua aplicação no campo prático amazônico ser de alguns anos, apenas em 2002 ele ganhou força do ponto de vista teórico, depois de ser lançado no Fórum Social de Porto Alegre. O termo florestania, empregado em ações dos governos do Acre e do Amapá, procurar enxergar o mun-

do sob o prisma dos habitantes da floresta, sejam eles índios ou ribeirinhos. Enquanto a cidadania está mais ligada ao meio urbano, a florestania vem exatamente tentar resgatar a vida na floresta e os recursos naturais disponíveis, sem que isto prejudique o ambiente e as futuras gerações daquelas comunidades amazônicas. O conceito não está nos dicionários ainda, mas está em prática, sob as copas das árvores e ao lado dos rios da floresta tropical brasileira.

"Não foi a nossa a escolha. O CTA (Centro dos Trabalhadores da Amazônia) que apresentou este projeto para nós", diz José Pascowitch, diretor da BrasilConnects Ecologia, empresa que capta financiamentos, neste caso nacionais, para apoiar projetos que busquem a linha da sustentabilidade do planeta. Para provar que as idéias surgidas dentro do território do Acre estão fortalecendo e dando frutos, será lá, também, a implantação do projeto de exploração sustentável da jarina. Absolutamente desconhecido no Brasil, o fruto desta palmeira que apresenta características bastante idênticas ao marfim animal já está sendo exportado por países como Equador, Peru e Colômbia. Este mercado movimentou US\$ 50 milhões por ano. "No Brasil, a exportação é zero", diz Pascowitch.

Segundo explica a bióloga do CTA, Rocio Chacchi Ruiz, peruana radicada no Acre, a jarina é uma palmeira de 3 a 4 metros de altura, que produz frutos pequenos, onde está a substância conhecida popularmente pelo nome de marfim vegetal. "No Brasil, deve existir a ocorrência de duas espécies", explica a cientista. Ao lado do projeto socioambiental, que irá capacitar as comunidades

dos assentamentos agroextrativistas de São Luis do Remanso e Porto Dias, haverá também o desenvolvimento de projetos científicos envolvendo a jarina. "Temos de conhecer melhor a biologia das espécies. Vamos estudar, por exemplo, as manchas de distribuição dos indivíduos e o ciclo reprodutivo deles", diz Rocio.

A empresa responsável pela organização financeira do projeto também já estuda uma forma de explorar comercialmente produtos derivados da jarina. "Estamos analisando com uma designer de jóias de São Paulo a possibilidade de transformar este material em peças refinadas", diz Pascowitch. Pelo acordo, todo este processo de montagem das jóias ocorreria na floresta mesmo, pelas mãos das comunidades do Acre. Além dos produtos não madeireiros, como é o caso da borracha e da jarina, em Xapuri, Acre e terra de Chico de Mendes, também já funciona uma reserva florestal de madeira certificada. Toda a produção desta região está sendo usada para a montagem de móveis.

Fora do Acre, no vizinho Estado do Amazonas, novas conquistas foram obtidas recentemente. Há dez dias, depois de oito anos de luta, as 809 pessoas de 116 famílias da região do município de Jutai conseguiram que a área onde vivem se transformasse em uma reserva extrativista. Com esta assinatura feita pelo governo federal, a população ribeirinha terá acesso ao crédito e também a assistência médica. "A criação da reserva do Jutai é fundamental para moradores e para os movimentos sociais que os apoiam", diz Marcelo Marquesini, da campanha Amazônia Greenpeace. O secretário-geral do GTA, Adilson Vieira, também comemorou a vitória. Segundo ele, que esteve a

semana passada na conferência Amazônia Social, realizada no Sesc Pompéia, em São Paulo, a única forma de preservar a floresta é contar com a participação das comunidades locais. "A gestão compartilhada é a saída", diz. Na região de Jutai, as famílias tradicionais vão poder sobreviver por causa da produção de látex e da extração de óleos vegetais de espécies de uso medicinal como andiroba, copaíba, jatobá e a carapanáuba. O pescado é outra fonte de renda importante para os moradores.

O exemplo mais contundente em termos de reserva extrativista do país vem do Alto Juruá, no Acre. Criada em 1990, com participação ativa de Chico Mendes, a reserva até hoje continua dando exemplos de como as comunidades tradicionais podem se desenvolver economicamente sem sofrer pressão e, também importante, preservando ao máximo o meio ambiente. Todas as experiências de florestania — o termo nem sonhava em existir na época — destes mais de dez anos no Alto Juruá estão no papel, para quem quiser entender a fundo este processo.

"A Enciclopédia da Floresta, o Alto Juruá: Práticas e Conhecimentos das Populações" é um documento importante e essencial. Organizado pelos cientistas Manuela Carneiro da Cunha e Mauro Barbosa de Almeida, o livro mostra, com detalhes, todos os lados da floresta. O dia-a-dia das comunidades, os aspectos ecológicos e geológicos da Amazônia e assim por diante. Até as ilustrações, algumas inclusive feitas pelos próprios habitantes amazônicos — alguns estão presentes nesta página — dão vida ao que está muito bem contado em forma de texto.

Os seringueiros do quase esquecido Juruá, assim como os in-

dios da região, são grandes sobreviventes. Historicamente, eles sofreram pressões das mais diversas. Nos últimos 130 anos a região esteve atrelada ao comércio da borracha e aos seus preços. Dentro do monopólio e do sistema exploratório bastante cruel que existiu durante este período, mesmo quando o preço internacional caía por algum motivo, eram sempre os seringueiros e os índios que mais sofriam com estas adversidades. Eles eram proibidos, por exemplo, de plantar para o seu próprio sustento. A ontogênese da reserva extrativista do Alto Juruá, escrita por Mauro Barbosa de Almeida na "Enciclopédia da Floresta", mostra como tudo mudou. Conscientes, livres, e sem pressões de padrões exploradores, os seringueiros se organizaram em associações. Elaboraram um plano de utilização da floresta e foram em frente. Ninguém, seguramente, está arrependido da mudança. E os seringaieiros continuam preservados.

"Nós não queremos a terra para nós, de forma individual. Quando pedimos um documento para mostrar que a terra é nossa, queremos isto para a nossa comunidade. Ninguém vai ter o seu pedaço nem vai poder vender", explica Pedro Pantoja, o Pedrinho. Aos 51 anos, ele é um dos líderes da comunidade Jamaraquá, que fica dentro da reserva nacional florestal do rio Tapajós. Os ribeirinhos são contra a demarcação da área como ela foi feita. "Por causa disto, o Ibama quer que assinemos o termo de concessão de uso. Mas nós queremos o documento que nos dá a propriedade da terra. Da forma como está, as madeireiras, por exemplo, conseguem explorar a região. Nós queremos preservar a floresta", diz Pedrinho.

Alfabetizado até a antiga quarta série primária, o líder amazônico, que também esteve no Sesc Pompéia na semana passada, agora luta para que seus filhos terminem o segundo grau. Desde a floresta até Belmonte (PA), cidade mais próxima, são três horas de bicicleta.

Mesmo com as dificuldades da floresta, o líder, que conheceu São Paulo pela primeira vez agora nem pensa em sair de lá. Mesmo abalado com a morte de mais um companheiro — o líder de Brasília foi morto no mês passado por causa de sua posição a favor da Amazônia —, Pedrinho é categórico. "Somos felizes lá." Outra vez, isto não é lenda. No imaginário coletivo dos ribeirinhos, se eles abandonarem a floresta, ela vai acabar.



Nos meses de junho e julho a roça é preparada para o plantio do milho